

Advogados e governo: um confronto em Belém.

A XI Conferência Nacional da OAB, que se realiza em Belém, deverá marcar um fosso separando os advogados e o governo da Nova República. As divergências e as expectativas mutuamente hostis ficaram claramente evidenciadas já na sessão solene de abertura, na segunda-feira à noite, e se aprofundam nos debates iniciados ontem, que prosseguirão até sexta-feira. O comparecimento à solenidade do consultor-geral da República, Saulo Ramos, representando o presidente José Sarney, que já não era esperado, permitiu um confronto direto.

Em um trecho do seu pronunciamento, o consultor-geral referiu-se a pesquisas indicando que 70% da população desconhece o que é Assembléia Nacional Constituinte, embora vá eleger em novembro as pessoas encarregadas de elaborar a Constituição do País. Alertou Saulo Ramos para a responsabilidade que têm os advogados de esclarecer a opinião pública sobre o significado da Constituinte. Abandonando o texto escrito, o presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Madeira, deu pronta resposta ao representante do presidente.

Disse Madeira que o povo não sabe o que é Constituinte "porque o governo não quer que ele saiba", acrescentando não terem os advogados qualquer responsabilidade em relação a essa ignorância: "Essa responsabilidade é de quem quer se manter no poder", disse, lembrando que o ato convocatório da Constituinte, feito pelo governo, excluiu um debate nacional, e que a coincidência das eleições constituintes com a escolha dos governadores "desviou a questão principal".

Todos os advogados que se manifestaram sobre o assunto não pouparam críticas ao governo por ter "desnaturado" a função da Constituinte, confundindo-a com a atividade congressual. Provavelmente o procurador Saulo Ramos iria responder às críticas feitas pela direção nacional da OAB e contra-atacar, mas quando ele mal iniciara seu discurso foi interrompido por uma pessoa do auditório, que protestava contra os decretos-leis. A intervenção parecia indicar que uma parte da platéia estava disposta até a vaiar Ramos se ele fizesse uma sustentação mais firme das posições do governo e por isso seu pronunciamento foi brando.

A opção refletiu-se sobre o presidente da OAB: Herman Assis Baeta manifestou a assessores a disposição de deixar de lado o texto escrito, de 17 laudas, e responder com firmeza, de improviso, ao pronunciamento do consultor-geral da República. Mas isso não chegou a ser necessário e ele manteve-se preso ao texto, que só foi liberado à imprensa depois que ele o leu.

Militares

As palestras pronunciadas ontem, porém, foram uma constante reação crítica ao comportamento do governo. O advogado Hélio Bicudo, por exemplo, disse que os militares ainda têm uma participação muito forte nas decisões do governo, movidos pela doutrina de segurança e desenvolvimento que os leva a manter a tutela sobre a sociedade civil. "Está-se formando a mesma aliança entre militares e empresários, que resultou no golpe de 1964", observou Bicudo. Ele admite que é preciso "ter cautela na abertura do tampão porque, junto com a fumaça, pode vir o negror do autoritarismo", mas ainda assim acha que "não é mais possível temporizar o processo político. Ou ousamos, enfrentando os problemas com o apoio da sociedade, ou ficaremos em uma democracia relativa, apenas para efeito externo".

Já o advogado Dalmo de Abreu Dallari apresentou diversas sugestões que, no seu entender, permitiriam dar conteúdo real ao disposto constitucional que subordinou o direito de propriedade ao desempenho de uma função social. Assim, um bem sem utilização deveria ser considerado "em abandono", como foi estabelecido na Constituição portuguesa. Haveria três tipos de bens: os de uso e consumo, os de produção e os de especulação. Cada pessoa só poderia dispor de dois bens de uso (um para moradia e outro para lazer) e mais um de produção. Nenhuma área rural poderia exceder 20 mil hectares, "o que é o bastante, já que a Constituição diz que 100 hectares garantem a sobrevivência de uma família". Os proprietários teriam o prazo de cinco anos para se adequar a essas exigências, após o que as áreas em excesso ou mau uso reverteriam ao patrimônio público.